

A religião de cor

Prof. Babalawô Ivanir dos Santos¹

RESUMO

Em seu sentido literal, a intolerância decorre da ação de falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar diferentes crenças ou opiniões. Diante de todas as transformações sociais, múltiplas identidades assumidas e construídas, decorrentes dos processos históricos, podemos dizer que a intolerância, seja ela de qual forma for, é constituída pela falta de equidade e alteridades, um verdadeiro antolho que guia a ação humana para um único fim: anular o outro. Assim, intolerância, configurada em âmbitos religiosos, caracteriza-se pela falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar crenças e diversidades religiosas. O objetivo deste artigo é fazer uma pequena análise sobre os casos de intolerância religiosa no Brasil, tendo como foco o Caso Kaylane –as relações assimétricas, marcadas principalmente pela questão racial.

PALAVRAS CHAVE

Equidade. Alteridade. Intolerância Religiosa. Racismo Religioso

AS CORES DA CONTA

Como um déjà vú, olhando para o “Caso Kaylane”, nos remetemos a outrora, antes da promulgação da Constituição de 1988, em que a liberdade religiosa não era uma garantia legal para todos os cidadãos brasileiros. Época essa em que as perseguições às religiões afro-brasileiras podiam ser consideradas normais, ou uma forma de purificação do Estado. Segundo os dados obtidos através do ‘*Relatório do Caso de Intolerância Religiosa no Brasil 2015*’, escrito em parcerias entre a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), o Centro de População Marginalizada (CEAP) e o Laboratório de História das Experiências Religiosa (LHER), dos 1014 casos de intolerância registradas pela CEPLIR (Centro de Promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos), entre os anos de 2012 a 2015, 71% são atos de violência contra os praticantes das Religiões de Matrizes Africanas, assim o caso da menina Kaylane é

1 Prof. Babalawô Ivanir dos Santos, doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ); membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), do Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER-UFRJ) e Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais pós-coloniais (LEHA-UFRJ); coordenador da Coordenadoria de Religiões Tradicionais Africanas, Afro-brasileira, Racismo e Intolerância Religiosa (ERARIR/LHER/UFRJ); conselheiro Estratégico do Centro de Articulações de População Marginalizada (CEAP); interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR); conselheiro Consultivo do Cais do Valongo; Vice-presidente da América Latina no Conselho Internacional das Sociedades de Antigas Religiões de Descendentes de Africanos (ARSADIC), Nigéria. Tem experiência nas seguintes áreas: Educação Étnico-racial e questões africanas; Direitos Humanos e Cidadania; Relações Internacionais; Religiões tradicionais da África Ocidental e Afro-brasileiras.

Seção Roda

apenas um dos inúmeros casos de violência que incorporam os dados do Relatório.

Em 14 de junho do ano de 2015, a intolerância religiosa chocou e comoveu toda a sociedade brasileira. A imagem de Kayllane Campos², uma menina de apenas de 11 anos de idade, trajada com suas vestes religiosas brancas toda manchada de sangue, estampou as capas das mídias. O fatídico episódio de intolerância religiosa não é único dentro da história das perseguições sobre as minorias³ religiosas⁴ no Brasil.

Para ORO & BEM (2008, p. 314):

O ataque às religiões afro-brasileiras que antes ocorria apenas nos templos, circunscrito ao meio evangélico, ampliou-se para o conjunto da sociedade, devido à difusão midiática. O impacto dessas novas estratégias discursivas, portanto, reforça a histórica desconfiança e o desrespeito aos símbolos da religiosidade de matriz africana, conduzindo à intolerância e ao confronto com esses “agentes do diabo”.

Entretanto, diante destes ataques violentos acometidos contra os praticantes das religiões afro-brasileiras, uma dúvida paira: se, segundo as velhas concepções históricas, o Brasil é o país das igualdades raciais, culturais, sociais, econômicas e, quiçá, religiosas, então qual seria o motivo de tanta intolerância ao ponto de gerar agressões físicas, destruições de templos religiosos e injúrias? Ainda não nos é possível analisar tais atos de violência, física e social, sem ter um olhar apurado para as questões raciais relacionadas aos processos de diásporas africanas no mundo, e os olhares racistas e preconceituosos sobre as culturas, religiosidades e sociedades africanas, tais como os ressaltados anteriormente.

Ao compreendermos que em África o indivíduo existe em sua totalidade religiosa, ou seja, não é possível separar o ser social do ser religioso, passamos a entender, também, que durante os períodos das diásporas, forçadas, dos negros africanos, estes indivíduos aportaram na América trajando suas religiosidades, pois o mundo em que viviam não era/é construído a partir de uma visão cartesiana em que é possível separar indivíduo religioso e indivíduo social.

Sobre esta questão, Emamauel Obiechina (1978, p.28) salienta que em África:

Não existe qualquer dimensão importante da experiência humana que não esteja ligada ao sobrenatural, ao sentimento popular religioso e à piedade [...]. Tudo isso constitui parte integrante da estrutura ideológica da sociedade tradicional e é essencial para uma interpretação exata da experiência no contexto social tradicional.

Em África, o religioso e o social integram a totalidade do ser. A instauração do domínio colonial europeu na África não compreendeu apenas a imposição forçada do poder político, econômico e social. Tal instauração foi, também, uma das maiores

2 Como resposta positiva em prol da liberdade religiosa, adeptos e simpatizantes das religiões de afro-brasileiras criaram o slogan ‘Eu visto branco e sou da paz’, que se tornou um dos motes de luta contra a intolerância religiosa no Brasil.

3 Minoria no sentido de representação política.

4 Em grande maioria, religiões e religiosidades afro-brasileiras.

Seção Roda

imposições culturais, valendo-se da mesma para dar apoio às superestruturas políticas, econômicas e sociais representadas pelo colonialismo nas culturas às quais se introjetava (OPOKU, 2010).

Assim, antes do contato colonial, a religião tradicional em África estava (e ainda está) inseparavelmente ligada à cultura africana. Um olhar atento sobre as formações religiosas brasileiras em meio as suas múltiplas tramas sincréticas – entre as religiões ameríndias, africanas e luso-católicas –, alicerçadas pelas análises de Frantz Fanon (2008), nos faz refletir que, a respeito sobre o que tange as questões sociais, a suposta ideologia da igualdade das raças, construída e presente na América Latina e principalmente no Brasil, favorece a criação de suporte sólido para que o racismo mostre-se de um jeito mais “velado”.

Em grande maioria, as vítimas dos ataques de intolerância religiosa são adeptas das religiões de matrizes africanas (ROCHA 2011, p.14):

Quando se fala de religiões de matrizes africanas, não está fazendo distinção entre os pertencimentos vinculados às tradições, sejam estas Ketu, jeje, nagô ou angola. Nem tampouco entre candomblé, batuque tambor e umbanda. Isto por que a intolerância é generalizada, estendida a todos os que professam as religiões dos Orixás, cujo rótulo ou estigma passa a ser naturalizado nas relações sociais como os macumbeiros.

Tal perseguição fortifica uma mentalidade induzida sobre os adeptos das religiões e religiosidades afro-brasileira e suas práticas religiosas, haja vista os últimos dados, atualizados, do “Relatório sobre os casos de intolerância religiosa no Brasil”. Segundo os dados da Ceplir, de julho de 2012 a agosto de 2015, foram totalizados 1014 atendimentos a 582 usuários, sendo que as denúncias contra religiões afro-brasileiras representaram 71,15%.

Fonte	Forma de Coleta da Informação	Período de Coleta	Total
CEPLIR	Registro Atendimento	Julho de 2012 a dezembro 2015	1014

Fonte: Ceplir

Seção Roda

Tipo de Atendimento	Total
Atendimentos	1014
Apoio Jurídico, Psicológico e Social (Usuários)	582
Detalhamento	
Contra Religiões Afro-brasileiras	71,15%
Contra Evangélicos, Protestantes ou Neopentecostais	7,7%
Contra Católicos	3,8 %
Contra Judeus e Pessoas sem Religião	3,8 %
Ataques Contra a Liberdade Religiosa	3,8 %

Fonte: Ceplir

Destarte, ao enxergarmos os forjamentos da intolerância religiosa contra os praticantes das religiões e religiosidades de matrizes africanas no Brasil, conectamos esse fenômeno social religioso diretamente à construção do racismo baseado na cor da pele negra. Uma vez que todas as ressignificações religiosas estão intimamente ligadas às religiosidades dos grupos étnicos africanos que aportaram, escravizados, no Brasil entre os séculos XVI e XIX.

Grupos esses que foram duramente exprobrados como irracionais, iletrados, sem cultura, sem história e interpretados como manifestação do mal. Do mesmo modo, as ideologias de inferioridades das raças negras e das sociedades africanas contribuíram, de maneira ampla, para a construção do racismo religioso e para o crescimento da intolerância religiosa assim como para construção de estereótipos, tais como: “todo negro é praticante ou adepto das religiões de matrizes africanas” ou “negro vestido de branco é praticante ou adepto das religiões de matrizes africanas”.

Dentro deste cenário, o caso Kaylane pode ser interpretado, de modo contundente, como mais um caso de racismo religioso, um dos tentáculos da intolerância. Ao colocarmos justapostas as palavras racismo e religioso estamos enfatizando todo o processo de estatização dos negros e suas culturas. Falar de Candomblé, Umbanda, Maracatu, Folias de Reis... (e outras culturas negras) é remeter a histórias das populações negras, no Brasil, que por muito tentou-se solapar com o silenciamento histórico. O Caso Kaylane, registrado na 38ª DP, em Irajá, até o presente momento não foi solucionado pelos órgãos governamentais competentes.... Daqui uns dias! Kaylane entra para o esquecimento da história.

Portanto, em face da cor da pele, podemos perceber que o racismo e a intolerância são experimentados de maneiras diferentes pelos adeptos e praticantes das religiões afro-brasileiras. Uma pessoa branca, adepta ou praticante das religiões afro-brasileiras, experimenta, diante de um ato em que é a vítima de agressão devido

Seção Roda

a sua opção religiosa, a intolerância, o preconceito e o desprezo. Já uma pessoa negra, adepta ou praticante das religiões afro-brasileiras, experimenta, diante de um ato em que é a vítima de agressão devido a sua opção religiosa, o racismo, a intolerância, o preconceito e o desprezo, pois o racismo religioso está diretamente ligado à cor da pele das pessoas, nesse caso negras. De tal maneira que, durante boa parte das histórias religiosas brasileiras, as religiões de matrizes africanas eram denominadas Religiões dos Negros, por estarem associadas à cor, negra, e ao continente africano.

A invisibilidade social das religiões afro-brasileiras desmerece todos os protagonismos de sacerdotes, sacerdotisas e praticantes dessas religiões. Realidade essa que passou a tomar outros contornos, após os casos de intolerância registrados pelo jornal Extra, através da matéria 'O tráfico remove até fé', em 2008, no Morro do Dendê⁵, o que demonstrou uma nítida e perigosa união entre o tráfico e alguns seguimentos cristãos.

Em resposta a esse, e a outras centenas de casos de intolerância, no dia 21 de setembro do mesmo ano, milhares pessoas, adeptos religiosos, leigos e simpatizantes, saíram às ruas; e sobre a orla de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro; caminharam juntas em prol da Liberdade Religiosa no Brasil e pelo fim da intolerância religiosa. Nascia, assim, um dos eventos tradicionais (HOBSBAWM & RANGER, 1984) mais significativos para História: o reconhecimento histórico das religiões de matrizes africanas no Brasil. "A Caminhada pela Liberdade Religiosa e contra a intolerância religiosa", rompeu com um passado de interpretações simplistas e marginalizadas bem como com um profundo desconhecimento sobre a força e a união desses grupos.

Em grande maioria, estas pessoas eram adeptas das religiões de matrizes africanas, principalmente Umbanda e ao Candomblé, que, historicamente, foram marginalizadas, perseguidas, presas e torturadas em prol de uma verdade única sobre os princípios religiosos e políticos – os quais estavam em curso para construção da nação, do país. O evento promovido pelos religiosos não foi – e não é – um fato destituído de um contexto histórico antecedente: as conexões sociais e históricas de seu surgimento vislumbram um leve e suave passeio histórico sobre a contextualização da formação da sociedade brasileira, desde o encontro, em solo brasileiro, das culturas, religiões e religiosidades africanas – trazidas com os negros escravizados – com a religião cristã católica nos períodos imperial e republicano.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. O fim de um monopólio. In_ Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 8, nº 87, dez.2012 p.24-26.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas; tradução de Renato da Silveira - Salvador : EDUFBA, 2008.
- KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Lisboa: Europa América, 1982, vol. I.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. 2003. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=236171>>.

5 Morro do Dendê, na época chefe do tráfico, localizado na Ilha do Governador - no interior da Baía de Guanabara - no estado do Rio de Janeiro.

Seção Roda

OBIECHINA, E. Culture, Tradition and Society In the West African Novel. Cambridge, CUP, 1978.

OPOKU, Kofi Asare. A religião na África durante a época colonial. In: História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935 / editado por Albert AduBoahen. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

ORO, Ari Pedro. O neopentecostalismo macumbeiro. In_ REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 319-332, dezembro/fevereiro 2005-2006.

_____BEM Daniel F. de. A discriminação contra as religiões afro-brasileiras: ontem e hoje. In: Ciênc. Let, Porto Alegre, n. 44, p. 301-318, jul./dez. 2008.

Relatório de Intolerância Religiosa no Brasil 2015.

SCOTT, James. Formas Cotidianas de Resistencia Camponesa. In: Raízes, (tradução de Marilda A. de Meneze e Lemuel Guerra) Vol. 21, N° 01, jan.-jun./2002.